

Convenção do Metro

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

A **Convenção do Metro** (no original em língua francesa: **Convention du Mètre**; por vezes referido como **Tratado do Metro**) é uma convenção internacional, assinada em Paris em 20 de maio de 1875 por 17 países, com o propósito de estabelecer uma autoridade internacional no campo de metrologia e da qual resultou a adoção do metro como unidade básica de medida do comprimento. A Convenção substituiu a Comissão Internacional do Metro, que funcionava desde 1870, e criou três organizações internacionais destinadas a promover e manter os padrões métricos associados à adoção daquela unidade.^[1]

O tratado foi revisto em 1921 e em 1960, tendo nesta última revisão ocorrido a redesignação do sistema, que abandonou a designação de Sistema Métrico para adotar a de Sistema Internacional de Unidades (em francês *Système international d'unités* ou abreviadamente SI).

As três organizações criadas pela Convenção, nas quais delega a autoridade para actuar no domínio da metrologia assegurando uma harmonização da definição das diferentes unidades de medida, são:

- Conferência Geral de Pesos e Medidas (*Conférence générale des poids et mesures* ou CGPM) – um sistema de reuniões periódicas, realizadas em Paris a cada 4 a 6 anos, com a presença de delegados de todos os Estados membros, tendo como objetivo adotar as medidas de gestão política do sistema;
- Bureau Internacional de Pesos e Medidas (*Bureau international des poids et mesures* ou BIPM) – a organização que administra a Convenção, mantendo um centro internacional de metrologia em Sèvres, nos arredores de Pais, no qual estão alojados os antigos padrões internacionais de medida e no qual era feita a comparação e calibração dos protótipos utilizados pelos Estados membros;
- Comité Internacional de Pesos e Medidas (*Comité international des poids et mesures* ou CIPM) – um comité administrativo composto por 18 personalidades, eleito na Conferência Geral de Pesos e Medidas, que se reúne anualmente no BIPM e é responsável pela gestão corrente do sistema e pela gestão do conjunto de comissões consultivas constituídas por peritos que elaboram as propostas a submeter à Conferência Geral.

A norma ISO 8601 define 1875, o ano em que a Convenção foi assinada, como ano de referência.

Países signatários

O tratado foi assinado por 17 países, número que cresceu para 21 em 1900, 32 em 1950, 44 em 1975, 48 em 1997 e 49 em 2001. Atualmente são 51 os países signatários^[2] (com o ano de acesso em parêntesis):

- | | | |
|---------------------------|---|---------------------------------|
| ▪ <u>Argentina</u> (1877) | ▪ <u>Hungria</u> (1925) | ▪ <u>Portugal</u> (1876) |
| ▪ <u>Austrália</u> (1947) | ▪ <u>Índia</u> (1957) | ▪ <u>Roménia</u> (1884) |
| ▪ <u>Áustria</u> (1875) | ▪ <u>Indonésia</u> (1960) | ▪ <u>Rússia</u> (1875) |
| ▪ <u>Bélgica</u> (1875) | ▪ <u>Irão</u> (1975) | ▪ <u>Sérvia</u> (1879) |
| ▪ <u>Brasil</u> (1875) | ▪ <u>Irlanda</u> (1925) (acedeu quando o Reino Unido ratificou a Convenção) | ▪ <u>Singapura</u> (1994) |
| ▪ <u>Bulgária</u> (1911) | ▪ <u>Israel</u> (1985) | ▪ <u>Eslováquia</u> (1922) |
| ▪ <u>Camarões</u> (1970) | | ▪ <u>República da África do</u> |

- | | | |
|---|--|--|
| ▪ Canadá (1907) | ▪ Itália (1875) | ▪ Sul (1964) |
| ▪ Chile (1908) | ▪ Japão (1885) | ▪ Espanha (1875) |
| ▪ República Popular da China (1977) | ▪ República Popular Democrática da Coreia (1982) | ▪ Suécia (1875) |
| ▪ República Checa (1922) | ▪ República da Coreia (1959) | ▪ Suíça (1875) |
| ▪ Dinamarca (1875) | ▪ Malásia (2001) | ▪ Tailândia (1912) |
| ▪ República Dominicana (1954) | ▪ México (1890) | ▪ Turquia (1875) |
| ▪ Egito (1962) | ▪ Países Baixos (1929) | ▪ Reino Unido (1884) |
| ▪ Finlândia (1923) | ▪ Nova Zelândia (1991) | ▪ Estados Unidos da América (1878) |
| ▪ França (1875) | ▪ Noruega (1875) | ▪ Uruguai (1908) |
| ▪ Alemanha (1875) | ▪ Paquistão (1973) | ▪ Venezuela (1879) |
| ▪ Grécia (2001) | ▪ Polónia (1925) | |
-

Para além dos signatários, que participam ativamente na gestão da Convenção, vários países mantêm a posição de observadores:

- [Antígua e Barbuda](#) (através da adesão do [CARICOM](#), [10 de outubro de 2005](#))
- [Barbados](#) (através da adesão do [CARICOM](#), [10 de outubro de 2005](#))
- [Bielorrússia](#) ([5 de maio de 2003](#))
- [Belize](#) (através da adesão do [CARICOM](#), [10 de outubro de 2005](#))
- [Cazaquistão](#) ([14 de setembro de 2003](#))
- [Costa Rica](#) ([20 de janeiro de 2004](#))
- [Croácia](#) ([16 de junho de 2005](#))
- [Cuba](#) ([19 de dezembro de 2000](#))
- [Dominica](#) (através da adesão do [CARICOM](#), [10 de outubro de 2005](#))
- [Eslovénia](#) ([2 de junho de 2003](#))
- [Equador](#) ([20 de novembro de 2000](#))
- [Estónia](#) ([27 de janeiro de 2005](#))
- [Filipinas](#) ([1 de junho de 2002](#))
- [Guiana](#) (através da adesão do [CARICOM](#), [10 de outubro de 2005](#))
- [Granada](#) (através da adesão do [CARICOM](#), [10 de outubro de 2005](#))
- [Hong Kong](#) ([8 de abril de 2000](#))
- [Jamaica](#) ([15 de setembro de 2003](#))
- [Letónia](#) ([11 de janeiro de 2001](#))
- [Lituânia](#) ([12 de março de 2001](#))
- [Malta](#) ([11 de abril de 2001](#))
- [Panamá](#) ([3 de agosto de 2003](#))
- [Quénia](#) ([24 de setembro de 2002](#))
- [Taiwan](#) ([26 de abril de 2002](#))
- [Santa Lúcia](#) (através da adesão do [CARICOM](#), [10 de outubro de 2005](#))
- [São Cristóvão e Nevis](#) (através da adesão do [CARICOM](#), [10 de outubro de 2005](#))
- [São Vicente e Granadinas](#) (através da adesão do [CARICOM](#), [10 de outubro de 2005](#))
- [Suriname](#) (através da adesão do [CARICOM](#), [10 de outubro de 2005](#))
- [Trinidad e Tobago](#) (através da adesão do [CARICOM](#), [10 de outubro de 2005](#))
- [Ucrânia](#) ([19 de agosto de 2002](#))

- Vietname (10 de outubro de 2003)